



A CRISE DO ESTÁGIO FORMATIVO: ENTRE O INTRUSO E O PROFESSOR-TAMPÃO, DIRETRIZES PARA O ALINHAMENTO ÉTICO E LEGAL NA PRÁTICA DOCENTE

Guilherme Araújo Dos Santos¹

Resumo: O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é fundamental na formação docente, atuando como o elo entre a teoria universitária e a prática escolar. No entanto, sua eficácia é drasticamente comprometida pela indefinição do papel do estagiário na escola-campo, o que gera um desalinhamento estrutural com o Projeto Pedagógico da Universidade. O estagiário, em posição de transitoriedade, é frequentemente instrumentalizado, sendo visto ora como um recurso utilitário ("compensar" o trabalho da instituição), ora como um agente periférico. Essa ambiguidade culmina em duas grandes distorções formativas: o isolamento e a exploração. O isolamento se manifesta na restrição de acesso a espaços cruciais, como a sala dos professores, o que priva o estagiário do conhecimento tácito da docência, da participação em discussões pedagógicas e da construção integral de sua identidade profissional. O extremo oposto é a exploração, que ocorre quando o estagiário é utilizado como "docente-tampão", substituindo professores ausentes ou assumindo responsabilidades plenas. Esta prática configura desvio de função, viola a Lei nº 11.788/2008, e transforma o estágio em uma rotina de trabalho não remunerado, minando o aprendizado guiado e a reflexão. Essas práticas têm sérias implicações psicopedagógicas, pois a exploração gera estresse e mina a autoestima profissional, enquanto o isolamento causa frustração e apatia. O risco mais grave é a reprodução dessas práticas por futuros professores. A superação desse quadro exige uma responsabilidade tripartite, na qual a Universidade deve intensificar o monitoramento ativo; o Professor Supervisor deve atuar como mentor apoiado pela gestão; e a Gestão Escolar deve coibir legalmente o desvio de função. A solução passa pelo fortalecimento do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) como um Plano de Atividades formativas e pela capacitação contínua de gestores sobre a Lei de Estágio. Somente com este alinhamento ético e legal o estagiário, munido de seus direitos, será um protagonista de sua formação, e o estágio cumprirá sua promessa de formar um docente crítico e preparado.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Ambiguidade de Função. Exploração. Isolamento. Identidade Docente.

¹Graduando em Ciências Biológicas, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde/Curso de Ciências Biológicas, e-mail:gui.araujo@aluno.uece.br

1. INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado constitui um momento fundamental na formação docente, caracterizando-se como o elo entre os conhecimentos teóricos construídos na universidade e as vivências práticas no contexto escolar. Trata-se de um espaço privilegiado de aprendizagem, em que o futuro professor tem a oportunidade de se aproximar do seu campo profissional, experimentando a realidade da prática pedagógica e compreendendo a complexidade das relações educativas. Entretanto, essa etapa formativa frequentemente evidencia um desalinhamento estrutural entre o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das universidades e a cultura organizacional das escolas, o que gera tensões que repercutem diretamente na formação do estagiário (Lima; Pereira, 2018).

Um dos principais problemas observados é a indefinição do papel do estagiário. Situado em uma zona intermediária, ele não é mais apenas um estudante, mas também não é reconhecido como um profissional efetivo. Essa condição de transitoriedade acaba por gerar práticas inadequadas, nas quais a escola tende a enxergá-lo de forma instrumentalizada. Por vezes, o estagiário é visto como alguém que deve “compensar” o trabalho da instituição ou do professor titular, numa perspectiva utilitarista, ou como um sujeito periférico, restrito a atividades fora da sala de aula, o que reduz suas oportunidades formativas (Cunha, 2010).

Esse cenário pode gerar duas distorções formativas: o isolamento e a exploração. O isolamento se manifesta na exclusão do estagiário de espaços de socialização profissional, como a sala dos professores, limitando sua integração ao cotidiano escolar. Já a exploração ocorre quando ele é utilizado como substituto de docentes ausentes, atuando como um “professor-tampão”. Ambas as situações comprometem o princípio pedagógico do estágio, que deveria ser voltado prioritariamente para a aprendizagem e não para a sobrecarga de funções.

Diante desse quadro, emerge a questão central: até que ponto as escolas compreendem o papel formativo do estagiário? A ausência de clareza sobre essa função favorece práticas que desviam a finalidade do estágio, impactando negativamente a formação inicial docente. Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar os efeitos da ambiguidade do papel do estagiário e de sua eventual exploração no espaço escolar sobre sua trajetória de formação profissional.

Entre os objetivos específicos, destacam-se: discutir as implicações legais e pedagógicas do uso do estagiário como docente substituto; refletir sobre os prejuízos causados pelo isolamento de espaços de socialização profissional; e propor diretrizes que visem ao alinhamento ético, legal e pedagógico entre a universidade e a escola-campo. Com isso, busca-se reafirmar o estágio como um *locus* de formação, que deve primar pela integração crítica, reflexiva e emancipatória do futuro professor (Freire, 2014; Pimenta, 2012).

Este trabalho se configura como uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, centrada na análise aprofundada de narrativas e vivências de estágio. A metodologia adotada fundamenta-se na análise crítica de relatos de campo, que incluem observações e experiências compartilhadas por colegas, em um contraponto constante com a legislação vigente e o referencial teórico pertinente ao tema.

Para viabilizar a análise dos dados coletados, as vivências de estágio (experiências dos participantes) foram cuidadosamente categorizadas em dois grandes eixos, refletindo a problemática central da pesquisa. O primeiro eixo, denominado restrição e isolamento, abrange relatos que evidenciam a proibição de acesso a espaços essenciais, como a sala

dos professores, a limitação na participação em reuniões pedagógicas e conselhos de classe, e a percepção do estagiário como um "intruso" no ambiente escolar.

O segundo eixo de análise, exploração e desvio de função, concentra-se nas narrativas que descrevem a regência excessiva de aulas, a substituição contínua de professores faltosos e a assunção de responsabilidades típicas de um docente efetivo. Esses relatos apontam para situações onde o estagiário é levado a exercer funções para as quais não possui o devido suporte e supervisão pedagógica, configurando um potencial exploração de sua mão de obra e um desvio do propósito formativo do estágio.

2. DESENVOLVIMENTO

Os tópicos do desenvolvimento deste trabalho foram organizados de maneira a conduzir uma reflexão progressiva sobre a problemática do estágio supervisionado e seus desdobramentos na formação docente. No item 2.1, Impactos da ambiguidade de função e da exploração no estágio supervisionado, serão discutidas as consequências diretas da indefinição do papel do estagiário nas escolas-campo. Em seguida, no 2.2, Prática e desvios da função do estagiário na docência, a análise se volta para as situações em que o estagiário é utilizado como substituto informal do professor, o chamado “docente-tampão”, evidenciando como tal prática desvia a finalidade pedagógica do estágio e contraria o que está previsto na legislação vigente. O tópico 2.3, Implicações psicopedagógicas e a construção da identidade docente no estágio, busca compreender os efeitos subjetivos e pedagógicos dessa ambiguidade, explorando de que forma a falta de reconhecimento e as experiências de desvio de função impactam a autopercepção do futuro professor. Já no 2.4, A responsabilidade tripartite na garantia do estágio formativo, o foco recai sobre os três atores centrais do processo, universidade, escola e estagiário. Por fim, no 2.5, O fortalecimento do TCE como eixo de solução, o trabalho apresenta o TCE como instrumento central para evitar desvios, reforçar a legalidade da prática e promover uma maior transparência entre as partes envolvidas.

2.1. Impactos da Ambiguidade de Função e da Exploração no Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é reconhecido como um pilar fundamental na formação docente, representando o momento crucial de síntese entre a teoria acadêmica e a complexidade da prática escolar (Pimenta; Lima, 2004). Sua função essencial é proporcionar ao futuro profissional suas primeiras experiências no campo de atuação. No entanto, a eficácia desse processo formativo é frequentemente comprometida pela ambiguidade de função que cerca o estagiário no ambiente da escola-campo.

Essa indefinição da identidade do estagiário, que já não é apenas um estudante, mas ainda não é um profissional efetivo, cria uma "zona de incerteza" que propicia o desalinhamento estrutural entre o Projeto Pedagógico da Universidade (PPC) e a cultura organizacional da escola (Freire, 2014). A falta de uma posição clara sobre o aluno estagiário é a raiz da problemática analisada. Essa indefinição abre espaço para que a escola o enxergue de maneira instrumentalizada, seja como um agente estranho a ser isolado ("muito restrito a cursos que se passam fora da escola") ou, inversamente, como um recurso a ser explorado ("pagar o gasto da escola" ou do professor, em uma visão utilitarista).

A dualidade entre o isolamento e a exploração compromete o princípio formativo do estágio. O isolamento se manifesta na restrição de acesso a espaços cruciais de convivência profissional, como a sala dos professores. Esse ambiente, segundo a literatura, não é apenas um local de descanso, mas um espaço de cultura profissional, de troca de experiências e de desenvolvimento do conhecimento tácito da docência (Tardif, 2012). Sua exclusão priva o estagiário da oportunidade de desenvolver sua identidade e de participar de discussões curriculares, dilemas éticos e gestão de turma que vão além do que é visto em sala de aula.

O extremo oposto é a exploração, manifestada na utilização do estagiário como professor substituto ou "docente-tampão". Esta prática desvia a finalidade pedagógica do estágio e conflita diretamente com a Lei nº 11.788/2008, a Lei de Estágio, que define o ato como educativo e não como vínculo empregatício. A legislação é categórica ao proibir o desvio de função e a utilização do estagiário em substituição a profissionais efetivos. Essa fundamentação legal é o principal argumento contra a prática de exploração (BRASIL, 2008).

A questão central que move esta discussão é a necessidade de debater se a escola possui um bom entendimento sobre o papel formativo do estagiário, ou se essa indefinição favorece práticas de desvio de função. O objetivo geral deste trabalho é, portanto, analisar os impactos da ambiguidade da função e da exploração do estagiário na escola-campo sobre a sua formação profissional.

Para garantir uma experiência de estágio supervisionado autêntica e em conformidade com a legislação, é fundamental fortalecer a parceria entre Universidade e Escola. A qualidade do estágio está diretamente ligada a essa cooperação, que favorece a atuação dos professores supervisores como agentes protagonistas na formação (Libâneo, 1994). O isolamento do estagiário rompe esse diálogo, descaracterizando o estágio.

2.2. Prática e Desvios da Função do Estagiário na Docência

O estágio curricular na formação docente, concebido como um espaço privilegiado de aprendizado e reflexão sobre a prática (Pimenta; Lima, 2004), frequentemente se depara com desvios em sua função primordial. Uma das distorções mais evidentes é a utilização do estagiário como "docente-tampão" (Kreuger; Ramos, 2021), ou seja, como um substituto improvisado para cobrir faltas de professores ou ineficiências no planejamento administrativo. Tal prática configura uma exploração da mão de obra, uma vez que desvia o estudante da sua atividade central: aprender a ser professor sob supervisão e com tempo para a reflexão pedagógica (Libâneo, 1994).

Esse desvio possui implicações legais e éticas, pois viola a Lei de Estágio ao transferir uma responsabilidade de gestão administrativa para um acadêmico em formação. Ao ser compelido a "dar muitas aulas como se ele já fosse um professor formado", o estagiário foca apenas na "sobrevivência" da aula, negligenciando a reflexão, a experimentação segura e o feedback, elementos cruciais para sua formação (Gatti, 2010). O estágio, nesse contexto, perde seu valor formativo e se transforma em uma rotina de trabalho não remunerado e, frequentemente, não supervisionado.

Em contraponto à exploração, alguns cenários mostram uma super-restrição, onde o estagiário é isolado e tratado como um "estranho" no ambiente escolar. Relatos de exclusão, como a proibição de acesso às salas de professores, resultam na perda da experiência completa da docência. Ao ser alijado do convívio docente, o estagiário perde a chance de desenvolver seu "pensamento prático", participar de discussões curriculares e compreender a dinâmica holística da escola (Schön, 2009). O estágio, então, fica restrito

a uma observação superficial ou a atividades descontextualizadas da realidade da escola, limitando sua visão abrangente sobre a profissão.

Diante dessas distorções, a reflexão sobre o que o estagiário pode ou não pode fazer deve ser invariavelmente guiada pela finalidade formativa do estágio. O estagiário DEVE, por direito, observar, participar ativamente do planejamento, reger aulas de forma gradual e limitada, sempre sob supervisão qualificada, e integrar-se às discussões pedagógicas e conselhos de classe, além de ter tempo para a pesquisa e elaboração do relatório final. Por outro lado, ele NÃO PODE ser utilizado como substituto permanente, assumir a responsabilidade total por turmas, exceder a carga horária legal ou ser privado do acesso aos espaços de convivência e aprendizado da escola, essenciais para sua formação integral.

2.3. Implicações Psicopedagógicas e a Construção da Identidade Docente no Estágio

A experiência do estágio supervisionado na formação de professores é um momento crucial para a construção da identidade docente, mas é frequentemente marcada por dilemas que afetam profundamente o estagiário em nível psicopedagógico. A ambiguidade de função a que esses futuros profissionais são submetidos, oscilando entre a posição de aprendiz e a de força de trabalho, tem consequências diretas na sua saúde mental e na internalização de modelos profissionais (Pimenta; Lima, 2004).

O fenômeno da exploração do estagiário, que se manifesta quando ele é usado como "docente-tampão" para cobrir lacunas no corpo docente, é uma fonte significativa de estresse e insegurança. Ao ser forçado a assumir responsabilidades plenas de docência sem o devido preparo teórico-prático ou a supervisão adequada, o estagiário enfrenta um abismo entre o que lhe é exigido e sua real condição formativa (Libâneo, 1994). Essa situação mina sua autoestima profissional e o senso de competência, pois o sucesso não está atrelado ao aprendizado guiado, mas sim à "performance" emergencial e, muitas vezes, solitária. A pressão resultante da falta de apoio e da necessidade de "dar conta" gera um ambiente de vulnerabilidade que se choca com a imagem idealizada do professor seguro e preparado.

Em um polo oposto, mas igualmente danoso, está o isolamento e a restrição de acesso a informações e processos decisórios da escola. Sentindo-se desvalorizado e periférico na instituição, o estagiário experimenta sentimento de frustração e apatia. Essa marginalização limita a oportunidade de ser um profissional reflexivo e atuante, impedindo-o de participar da dinâmica escolar de maneira integral (Cunha, 2010). A identidade docente, que deveria ser construída a partir da reflexão e da participação ativa na prática, fica comprometida, sendo substituída por uma sensação de exclusão do campo de atuação.

O risco mais grave dessas dinâmicas de exploração e isolamento reside na possibilidade da reprodução de práticas pedagógicas e institucionais. Quando o estagiário é sistematicamente explorado ou isolado, ele pode internalizar essas experiências negativas como o "normal" da profissão. Essa naturalização perigosa leva à crença de que a docência é sinônimo de sobrecarga sem suporte ou de exclusão do processo decisório.

Assim, ao se tornar um professor formado, ele pode inconscientemente perpetuar o ciclo, reproduzindo a exploração ou o isolamento em relação a futuros estagiários ou mesmo adotando uma postura menos reflexiva em sua própria prática (Tardif, 2012). Romper com esse ciclo exige um esforço institucional e pedagógico consciente para redefinir o estágio como um espaço legítimo de formação e desenvolvimento profissional.

2.4. A Responsabilidade Tripartite na Garantia do Estágio Formativo

A qualidade do estágio supervisionado na formação docente não pode ser garantida apenas pela legislação ou pelo planejamento pedagógico de um único agente. Ela exige uma responsabilidade tripartite e coordenada entre a universidade, a escola, e o professor supervisor, que devem atuar de forma proativa para que o estágio seja genuinamente formativo, e não uma mera formalidade ou, pior, uma fonte de mão de obra barata. Para ir além da denúncia e focar na solução, é fundamental delinear as obrigações e o protagonismo de cada um desses entes (Pimenta; Lima, 2004).

A Universidade precisa assumir um papel que transcende o de uma simples "agência de envio" de futuros profissionais. Sua responsabilidade central reside no monitoramento ativo e na manutenção de canais claros de feedback e denúncia (BRASIL, 2008). Isso garante que as condições de estágio oferecidas nas escolas respeitem rigorosamente o PPC e a Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008). A instituição de ensino superior deve ser a principal guardiã do caráter pedagógico do estágio, intervindo sempre que houver desvios de função ou precarização das atividades do estagiário.

No ambiente escolar, a figura do Professor Supervisor da escola é crucial e deve ser compreendida como um mentor e um agente protagonista na formação inicial (Libâneo, 1994). É ele o principal responsável por mediar a relação entre o estagiário e o cotidiano da escola, orientando a prática e a reflexão sobre ela. Contudo, é imperativo reconhecer que a sobrecarga de trabalho desse professor pode, paradoxalmente, levar ao desvio de função do estagiário, que passa a ser visto como um auxiliar para tarefas burocráticas ou substituto em sala de aula, em vez de um aprendiz em observação e regência assistida. A universidade e a gestão escolar precisam criar as condições para que esse professor possa exercer sua função de supervisão com a dedicação necessária.

Por fim, a Gestão Escolar possui uma responsabilidade legal e pedagógica inadiável. A direção da escola deve garantir a integração do estagiário ao corpo docente e à dinâmica escolar de forma respeitosa e educativa. Sua principal função, em consonância com o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), é coibir o uso do estagiário como mão de obra substituta ou auxiliar fixo, assegurando que as atividades cumpram o que está previsto legalmente e no projeto de estágio. A gestão atua como o ponto de controle que assegura a aplicação das diretrizes estabelecidas pela universidade e a correta atuação do professor supervisor (Saviani, 2009). Somente com essa sinergia de responsabilidades é possível concretizar a finalidade formativa do estágio.

2.5. O Fortalecimento do TCE como Eixo de Solução

Para que a experiência do estágio supervisionado cumpra sua verdadeira função pedagógica e formativa, é fundamental que o TCE seja reposicionado e fortalecido em sua aplicação (Caetano *et al.*, 2024). Longe de ser apenas um documento burocrático, o TCE deve ser encarado como o Plano de Atividades detalhado que rege a formação prática do estudante (Santos, 2024). É por meio dele que se deve delimitar, com clareza inquestionável, o que constitui formação, como por exemplo, a regência limitada e supervisionada, e o que é rigorosamente proibido, como a substituição integral e irrestrita de um profissional efetivo pelo estagiário (BRASIL, 2008). Esse plano deve, portanto, ser o instrumento ativo de garantia do aprendizado, e não apenas uma formalidade a ser arquivada.

Para garantir que essa visão se concretize, faz-se necessária uma ação de capacitação e sensibilização em larga escala. É imprescindível propor e implementar um treinamento obrigatório e contínuo para todos os gestores de instituições de ensino e para

os professores supervisores (Moraes; Vilela, 2025). Essa capacitação deve abordar em profundidade a Lei de Estágio (Lei nº 11.788/2008) e, crucialmente, enfatizar a função formativa e educacional do estágio, desmistificando a visão do estagiário como mão de obra barata ou substituta de professores (BRASIL, 2008).

Ademais, a efetividade dessa proposta depende diretamente de colocar o estagiário como protagonista de sua própria trajetória. É de vital importância que o próprio estudante conheça, em detalhes, seus direitos e deveres estabelecidos em lei e no TCE (Basquerote; Menezes, 2025). Munido desse conhecimento, o estagiário estará em condições de se posicionar de forma assertiva e reivindicar seu espaço de aprendizado, atuando, na prática, como o principal fiscalizador de sua formação. Essa conscientização empodera o estudante e cria uma camada adicional de proteção contra desvios e abusos, assegurando que o estágio seja um período de construção de competências e não de exploração (Santos, 2024).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Curricular Supervisionado é, em sua essência, o ápice da formação docente, o *locus* onde a teoria universitária deve se transmutar em prática reflexiva e crítica. Contudo, a análise das vivências de estágio revela que essa etapa fundamental está ameaçada por uma ambiguidade de função que se manifesta em dois extremos destrutivos: o isolamento e a exploração.

A ausência de clareza sobre o papel/função do estagiário na escola leva a instituição a vê-lo de forma instrumentalizada, ora como um "intruso" a ser restrito da sala dos professores, perdendo o acesso ao conhecimento tácito da profissão, ora como um "docente-tampão", forçado a assumir a responsabilidade total de um profissional efetivo. Ambas as práticas violam a Lei de Estágio, que é categórica ao proibir o desvio de função, e comprometem a saúde psicopedagógica do futuro professor, gerando estresse, insegurança e, o mais grave, o risco da reprodução de um ciclo de docência precarizada.

Para resgatar a finalidade formativa do estágio, é imperativo que o foco se desloque da denúncia para a responsabilidade tripartite e a solução sistêmica. Isso exige o monitoramento ativo da Universidade, a qual deve ser a guardiã do caráter pedagógico do estágio; a atuação do Professor Supervisor como um mentor verdadeiramente apoiado pela gestão; e, principalmente, o fortalecimento do TCE, que deve ser encarado como um Plano de Atividades formativas e não como uma mera formalidade burocrática.

O desafio de garantir que a escola possua um bom entendimento sobre o papel formativo do estagiário passa necessariamente pela capacitação contínua de gestores e professores. Somente assim o estagiário deixará de ser visto como um "gasto" a ser compensado ou uma "lacuna" a ser preenchida. Ele deve ser reconhecido como o protagonista de sua própria formação, um agente crítico, reflexivo e legalmente amparado. É por meio desse alinhamento ético, legal e pedagógico que o estágio cumprirá sua promessa de formar o professor preparado e consciente de seu papel transformador na educação.

REFERÊNCIAS

- BASQUEROTE, Adilson Tadeu; MENEZES, Eduardo Pimentel. Ensino e Aprendizagem: novas práticas, novos saberes—Vol. 4. AYA Editora, 2025.
- BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.
- CAETANO, Viviane Gislaine et al. Estágio Supervisionado e Formação de Professores/as na Amazônia: saberes, experiências e itinerários constitutivos. Editora Dialética, 2024.
- CUNHA, Maria Isabel Da. Lugares de formação: tensões entre a academia e o trabalho docente. Coleção Didática, p. 129, 2010.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e terra, 2014.
- GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educação & Sociedade, v. 31, p. 1355-1379, 2010.
- KREUGER, Sarah Berrios; RAMOS, Paula. A formação docente e seus dilemas no campo da Educação Física: uma revisão da literatura. Revista Exitus, v. 11, 2021.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática São Paulo. Editora Cortês, Coleção Magistério, v. 20, 1994.
- LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência. Cortez Editora, 2018.
- MORAES, Inaldo Kley Do Nascimento; VILELA, Alba Benemerita Alves. O ensino que forma o educador: experiência docente em uma disciplina de pesquisa científica. REVISTA DELOS, v. 18, n. 70, p. e6189-e6189, 2025.
- PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência, v. 7, 2004.
- PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 2012.
- SANTOS, Letícia Guilherme Otranto dos et al. Gestão por competência: proposta de instrumento de avaliação de desempenho. 2024.
- SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista brasileira de educação, v. 14, p. 143-155, 2009.
- SCHÖN, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Penso Editora, 2009.
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Editora Vozes Limitada, 2012.